



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**MENSAGEM Nº 003, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.**

**Senhora Presidente,**  
**Senhores Vereadores,**

O presente Projeto de Lei Complementar tem por escopo fundamental promover a modernização e a atualização da legislação municipal que rege a concessão de uso de bens públicos, especificamente no que tange ao Abatedouro Público Municipal, objeto da Lei Complementar nº 34, de 18 de novembro de 2022. A proposição visa alinhar o referido diploma normativo ao novo e mandatório regime geral de licitações e contratos administrativos instituído pela Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, garantindo, com isso, maior segurança jurídica, eficiência administrativa e aderência aos princípios que norteiam a Administração Pública contemporânea.

Neste contexto, a Lei Complementar Municipal nº 34/2022, embora relativamente recente, foi promulgada durante o período de transição entre os regimes, e sua redação original, especificamente em seu artigo 2º, fundamentou o procedimento licitatório para a concessão do Abatedouro Público Municipal nas disposições da antiga Lei nº 8.666/1993. A referida norma municipal determinou a utilização da modalidade concorrência, com julgamento pelo tipo "maior lance ou oferta", citando expressamente os artigos 23, § 3º, e 45, § 1º, IV, do diploma legal ora revogado. A manutenção de tal dispositivo em nosso ordenamento jurídico local representa uma anomalia legislativa que gera incertezas e potencializa o risco de questionamentos judiciais e administrativos sobre a legalidade de futuros certames, comprometendo a capacidade do Município de gerir eficientemente seu patrimônio.

As alterações propostas para os artigos 1º e 2º da Lei Complementar Municipal nº 34/2022 são, portanto, medidas de caráter impositivo e saneador. A nova redação substitui a menção à modalidade concorrência, nos moldes da Lei nº 8.666/1993, pela modalidade leilão, conforme definida e disciplinada pela Lei nº 14.133/2021. Esta adequação não é meramente terminológica, mas sim uma



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

profunda harmonização procedimental. O artigo 6º, inciso XL, da nova Lei de Licitações estabelece o leilão como a modalidade adequada para a alienação de bens imóveis, sendo o critério de julgamento o de maior lance. De forma ainda mais específica, o artigo 76 do mesmo diploma legal expressamente prevê a adoção da modalidade leilão para os contratos de concessão de direito real de uso, alinhando-se perfeitamente ao objetivo do Município de Marco, que é outorgar o uso do Abatedouro Público àquele que apresentar a proposta mais vantajosa economicamente para a Administração.

A adoção da modalidade leilão, nos termos da nova legislação, trará benefícios tangíveis para a gestão pública municipal. O procedimento, especialmente quando realizado em formato eletrônico, potencializa a competitividade ao ampliar o universo de potenciais interessados, transcende barreiras geográficas e simplifica a participação. Tal sistemática não apenas fomenta a obtenção de propostas financeiramente mais elevadas, maximizando a receita pública, mas também reforça os pilares da transparência e da isonomia, princípios cardeais da Administração Pública consagrados no artigo 37 da Constituição Federal e aprofundados pela Lei nº 14.133/2021. A clareza do critério de julgamento – o maior lance – mitiga a subjetividade e assegura um processo de seleção objetivo e indiscutível.

Adicionalmente, o Projeto de Lei propõe a inserção de um novo artigo estabelecendo que a Lei nº 14.133/2021 servirá como norma de aplicação geral e subsidiária para todos os aspectos da concessão não detalhados na lei municipal. Esta medida é de suma importância para conferir um arcabouço jurídico robusto e completo ao processo, abarcando desde as fases preparatórias e de divulgação do edital até a gestão e fiscalização do contrato de concessão, suas prerrogativas, sanções e eventuais alterações. Com isso, evitam-se lacunas normativas e se dota a gestão municipal de ferramentas modernas e eficazes para assegurar o fiel cumprimento das obrigações pelo concessionário e a proteção do interesse público em todas as etapas da relação contratual.



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

Além disso, também promove uma alteração no inciso II do art. 8º-A, criado com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 42. O objetivo dessa modificação é esclarecer e formalizar a dispensa do pagamento do preço público da concessão em situações específicas, garantindo que, no período abrangido por essa dispensa, não haverá a exigência de tal pagamento. Essa medida visa conferir maior clareza e segurança jurídica às condições financeiras aplicáveis, permitindo uma gestão mais flexível e adaptada a contextos que justifiquem a isenção do preço público.

Em suma, a aprovação deste Projeto de Lei Complementar é um passo indispensável para a modernização da administração do patrimônio público municipal, para a conformidade do nosso ordenamento jurídico com a legislação federal vigente e para a salvaguarda dos procedimentos licitatórios contra vícios de legalidade. A medida fortalecerá a governança, a eficiência e a transparência na gestão do Abatedouro Público Municipal, garantindo que a exploração deste importante ativo público se reverta em benefícios concretos para toda a comunidade de Marco.

Diante do exposto, e convictos da relevância e da urgência desta adequação legislativa, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação e deliberação dos nobres Vereadores desta Casa Legislativa, contando com o seu indispensável apoio para a sua aprovação.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 22 de setembro de 2025.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº003, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 34, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022, PARA ADEQUAR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO ABATEDOURO PÚBLICO MUNICIPAL ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI NACIONAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar Municipal:

**Art. 1º.** O art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 34, de 18 de novembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

\_\_\_\_\_  
*"Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão do direito real de uso sobre o Abatedouro Público Municipal, mediante a celebração de contrato administrativo precedido de licitação, na modalidade leilão, observadas as disposições da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, pelo prazo de 08 (oito) anos, prorrogável ao limite de 24 (vinte e quatro) anos." (NR)*

**Art. 2º.** O art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 34, de 18 de novembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

\_\_\_\_\_  
*"Art. 2º A outorga da concessão de direito real de uso de que trata esta Lei será precedida de licitação, na modalidade leilão, processada e julgada em estrita conformidade com as disposições da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, adotando-se o critério de julgamento de maior lance." (NR)*

**Art. 3º.** O inciso II, do art. 8-Aº da Lei Complementar Municipal nº 34, de 18 de novembro de 2022, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 42, de 10 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

---

"Art. 8º-A. ....  
II – dispensar o pagamento do preço público fixado por período não superior a  
06 (seis) meses." (NR)

---

**Art. 4º.** As disposições procedimentais, contratuais e de fiscalização relativas à concessão de que trata a Lei Complementar nº 34, de 18 de novembro de 2022, observarão, em todas as suas fases, os princípios e as normas estabelecidas na Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se o referido diploma legal de forma subsidiária para suprir eventuais omissões desta lei.

**Art. 5º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 22 de setembro de 2025.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal